

PRIMEIRO CADERNO

Colunas
Economia
Rio de Janeiro
País
Energia
Opinião
Memória
Mundo

SEU DINHEIRO

Mercados
Empresas
Internet & Cia.
Suas Contas
Apontamentos
Carreiras/Gerência
Jornal do Lojista
Direito & Justiça
Tecnologia e Saúde
Seu Negócio
Seguros
Universidade Aberta
Leilões

ARTES E ESPETÁCULOS**HISTÓRIA****EXPEDIENTE****ASSINATURAS****ANUNCIE AQUI****OBRAS GRÁFICAS****Energia****ELETRICIDADE**

Alta de 30,3% prevista para as tarifas em 2003 é o maior desafio do futuro Governo PT propõe reajustes seletivos

RODRIGO NERY

Em 2003, entre as principais mudanças que devem ser promovidas na área de energia pela equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, está a revisão da política de reajustes das tarifas de consumo de energia elétrica.

Alguns dos principais nomes responsáveis pelo programa do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para a área de energia defendem alterações na forma de cálculo e a adoção de novos critérios, levando em conta o desempenho de cada operadora. Pelas regras atuais, para os consumidores, no próximo ano o aumento médio das tarifas está previsto em 30,3%, conforme a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC).

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Ildo Sauer - um dos responsáveis pela elaboração do programa do PT para a área de energia - defende a prática de uma concessão de reajustes seletiva, que contemple apenas as empresas mais eficientes, que conseguiram reduzir custos ou não repassá-los ao consumidor, na forma de aumentos tarifários.

Sauer afirma que a "herança" deixada pelo governo de Fernando Henrique "não favorece" o próximo governo. O professor prevê dificuldades na negociação de mudanças nas regras, mas insiste em que a proposta é a mais justa, pois evita que empresas com estruturas de custos muito elevadas, por conta de "gestão inadequada", repassem o ônus aos consumidores.

- A revisão tarifária precisa ser tratada com mais cuidado, para não premiar a ineficiência e não penalizar o consumidor. Empresas que estabeleceram um sistema de gestão caro, com custos pesados e se endividaram em dólar não podem ser beneficiadas, enquanto as empresas que racionalizaram a administração e reduziram os custos são penalizadas. Quem tem comportamento estratégico, tem que ser premiado. Quem tem comportamento predatório, que é elevar os custos e pedir reajuste de tarifas, tem que ser punido - crítica.

Analistas do mercado de energia também defendem mudanças na forma de cálculo dos reajustes. Para o diretor geral da Ecoluz, Ricardo da Silva David, um dos principais problemas do atual modelo é o fato de as distribuidoras comprarem a energia das geradoras com preços indexados ao IGP-M, "um índice pesado". David acredita que a revisão de tarifas será a grande discussão do ano que vem, e que a solução exigirá muita discussão.

Estrutura atual de preços beneficia grande consumidor

- A indexação dos preços ao IGP-M aumenta os preços das tarifas ao consumidor, e deve haver renegociação. Algumas empresas, no entanto, investiram no País justamente porque a regra era essa. Por isso, o setor espera que não haja quebra de contratos. Todas as mudanças devem ser negociadas com o governo. Os seis primeiros meses serão de altas discussões do modelo futuro, que contemplará alguma coisa do modelo vigente, que pode ser considerado um modelo de transição - afirma.

Para o diretor-geral do Instituto Nacional de Eficiência Energética, Jaime Buarque, a estrutura de preços vigente privilegia as "grandes cargas", ou seja, os consumidores industriais, em detrimento dos consumidores residenciais, que amargaram reajustes maiores. Buarque defende que os consumidores residenciais tenham tratamento semelhante ao dispensado aos grandes consumidores, e afirma que nem todos os custos podem ser repassados para as tarifas.

- Algumas revisões automáticas, como quando uma concessionária compra energia de uma segunda empresa, e repassa a alta das tarifas ao consumidor, têm que ser revistas. Não se pode aumentar infinitamente o preço. A tese do PT é que se uma empresa estiver em situação complicada por excesso de custos operacionais, pode-se discutir a revisão de tarifas. Mas se os problemas forem decorrentes de decisão dos controladores, de endividar as empresas, não é a mesma coisa - argumenta.

Outro colaborador do PT, o professor da Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), Maurício Tolmasquim, vai ainda mais longe, e defende mudanças no sistema de licitações. Para ele, ao invés de arrematar a concessão o autor do maior lance, deveria ser vencedor quem oferecesse a menor tarifa ao consumidor.

Termelétricas recebem muitas críticas

ELETRIC:
PT propõe
reajustes

Outra questão que pode ser objeto de discussões é o Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). O governo leiloou a concessão para construção e operação de 40 usinas termelétricas, das quais três ainda não foram outorgadas. Das 37 autorizadas, 10 já estão em operação, após R\$ 3 bilhões em investimentos, gerando 2,5 mil MegaWatts (MW). A estimativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é de que as usinas, após entrarem em operação, gerem 16,5 mil MW de energia, recebendo investimentos de R\$ 19,8 bilhões.

Ilido Sauer é um dos principais críticos do programa, alegando que as usinas térmicas devem ser utilizadas apenas como "seguro", e não como produtoras contínuas de energia.

- Não se pode produzir termoelectricidade em regime contínuo. A hidrologia tem uma variação anual, em alguns anos é preciso queimar gás, e em outros, isso é bobagem, porque os reservatórios estão cheios. O modelo de construção de termelétricas foi mal concebido - acusa.

Jaime Buarque também mostra-se contrário ao PPT. Para ele, o programa "não tem nenhum sentido", e foi anunciado quando o período de escassez de energia já havia sido superado.

- Fizeram um bando de termelétricas pequenas, quando poderiam gerar energia de outras maneiras. Ainda por cima, foi assinado em janeiro, quando já havia baixado toda a pressão do racionamento - critica.

Ricardo David aponta como maior deficiência do sistema a necessidade de importar gás para abastecer as usinas. Como o produto é importado com o preço internacional, calculado em dólar, torna-se muito caro manter as termelétricas em operação. Ao contrário de Sauer, David entende que as térmicas só serão acionadas em caso de escassez de recursos hídricos.

- As termelétricas, por enquanto, não devem ser acionadas. O Programa Prioritário de Termelétricas tem dificuldades com o preço do gás, que é comprado em dólares e vendido em reais, prejudicando as concessionárias e encarecendo o preço da energia - explica. Sauer concorda, e afirma que "o gás natural virou problema, ao invés de solução". Dados da Petrobras indicam que, em 2004, quando o gasoduto Brasil-Bolívia estiver operando totalmente, a Bolívia exportará para o Brasil o equivalente a US\$ 500 milhões em gás.

Outro problema que ficou para ser resolvido pela equipe de Lula é a liquidação do Mercado Atacadista de Energia (MAE), em suspenso devido a dúvidas levantadas pelas empresas quanto aos valores devidos. Em dezembro, o Itaú aceitou a tarefa de liquidar 50% de um total de débitos de R\$ 7,5 bilhões. A liquidação da parcela restante foi adiada para março de 2003, após uma auditoria na contabilidade das transações.

- A liquidação do MAE tem que sinalizar que as normas definidas devem ser cumpridas igualmente por todos. Defendemos que tudo que é devido seja pago, desde que se demonstre por meio de auditoria. Não sei se o Tribunal de Contas da União está aparelhado para isto, ou se será preciso contratar uma auditoria externa - questiona Sauer.

Para o próximo secretário de Energia, Petróleo e Indústria Naval do Estado do Rio, Wagner Victor, o MAE apresenta erros desde sua concepção.

- O MAE não pegou, tem falhas cruciais de formação. Foi criado para a comercialização de quantidades grandes de energia, acho que é mais adequado estabelecer contratos cativos - argumenta.

Sem Racionamento, apesar do aumento de consumo

Os especialistas do setor afastam o risco de um novo período de racionamento de energia em 2003, apesar do aumento do consumo. Segundo Maurício Tolmasquim, o consumo de energia cresce, habitualmente, cerca de 5% a cada ano, mas ano que vem pode crescer mais. Hoje, a capacidade de geração de energia do País é calculada pela Aneel em 82.069.157 MW.

No ano que vem, o sistema será capaz de absorver o aumento da demanda, uma vez que o consumo de energia ainda se encontra em níveis inferiores aos de 2000, um ano antes do racionamento de energia. Do ano 2000 para 2001, o consumo sofreu redução de 10%, devido ao racionamento, e na comparação entre o período de janeiro a agosto deste ano - quando o consumo médio diário foi de 23.838 MW - e igual período do ano passado, o consumo cresceu 2,7%.

- No fim do ano, o consumo aumenta, por causa do calor do verão, mas o sistema suportará bem os acréscimos pelos próximos dois anos. O crescimento será ainda maior no ano que vem, porque parte do efeito do racionamento pode desaparecer. As lâmpadas eficientes queimam e o consumidor troca por outra mais barata e que consome mais energia, por exemplo. A memória do racionamento vai, aos poucos, desaparecer - alerta Tolmasquim.

Ricardo David também aposta em um ano tranquilo do ponto de vista do abastecimento. Para ele, o governo deve investir na diversificação da matriz energética e no aumento da capacidade instalada, para evitar que o racionamento se repita no futuro. prioridade para

Fontes alternativas

- Apesar de problemas de abastecimento nas usinas de Tucuruí (PA) e Sobradinho, não há risco de racionamento a curto prazo. No caso do Sudeste, está totalmente afastado, e no Nordeste, onde havia algum risco, as chuvas recentes reduziram. Mas se o modelo em transição não for concretizado, vai gerar problemas de investimentos. Enquanto o PIB cresce 4%, o consumo cresce 6%. O investimento que não for feito agora repercute daqui a 2 ou 3 anos. Em 2004 ou 2005, pode vir a haver risco de racionamento - antecipa.

Outra consequência da queda no consumo, provocada pelo racionamento, e aos investimentos na geração foi a "sobra de energia", segundo Ildo Sauer. O professor afirma que o "fenômeno" pode trazer problemas para o setor.

- Esta sobra sinaliza preços mais baixos de geração, uma vez que a oferta é maior. Isto beneficia algumas distribuidoras e consumidores, mas não se pode "predar" a geração, federal e privada, com preços muito abaixo do custo. É um sinal inadequado para investimentos.

Quanto à diversificação da matriz energética nacional, Wagner Victor é otimista em relação à disposição da futura ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

- É uma técnica do setor, o que torna sua nomeação um aceno positivo. Acredito que, a partir de agora, teremos mais investimentos em fontes alternativas de energia e a usina nuclear de Angra 3 será uma realidade - afirmou. Há algumas semanas, técnicos ligados ao PT haviam chegado a descartar a conclusão das obras de Angra 3.

373 usinas estão autorizadas até 2010

De acordo com o superintendente de relações institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Álvaro Mesquita, a agência já concedeu, para o período de 2002 a 2010, a outorga para a construção de 150 pequenas centrais elétricas (usinas de até 30 MW de potência), 53 Usinas Hidrelétricas (acima de 30MW de potência), 95 termelétricas e 75 usinas eólicas. Todas estas usinas deverão entrar em operação neste intervalo.

No próximo ano, a Aneel deve leiloar mais 34 usinas hidrelétricas, com previsão de capacidade instalada de 9,14 MW e investimentos de R\$ 12 bilhões. Serão leiloadas também 23 linhas de transmissão, cobrindo um total de 3.700 quilômetros, representando investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

- Só em 2002, até o final do ano, somaremos ao sistema 5.383 MW, dos quais 4.628 MW já estão disponíveis. Para o ano que vem, teremos um acréscimo de 18 mil MW ao sistema, sendo que deste total, 7.4 mil MW são empreendimentos que estão indo bem; 4.459 MW são empreendimentos com algum atraso e 6.6 mil MW são de projetos com restrições, como licença ambiental atrasada ou falta de financiamento - explica.

Ainda em 2003, adianta Mesquita, a Aneel realizará a revisão tarifária, objeto de reunião que ocorre a cada quatro anos, para "avaliar o equilíbrio econômico e financeiro das empresas". A partir do ano que vem, a agência espera definir as metas de universalização do serviço para cada concessionária, de modo a tornar disponível à maior parte da população o acesso à energia elétrica.

- Hoje, cerca de 7% da população brasileira ainda não tem energia elétrica em suas residências - afirma.

A agência distribuirá até fevereiro o "contrato de adesão", um documento que estabelece os direitos e deveres do consumidor de energia. O superintendente espera ainda que o novo governo consiga aprovar de lei estabelecendo a realização de concursos públicos para a formação de quadros para as agências regulatórias.

- Vamos ampliar também a descentralização da agência. A Aneel não tem escritórios regionais nos estados, estamos presentes apenas em 13 estados. Nos demais, agimos por meio de convênios com agências estaduais - explica. Mesquita acredita que a mudança de governo não significará o abandono dos projetos que envolvem a agência, por serem de "interesse da população".

Empreendimentos

Em construção

Tipo	Quantidade	Potência (KW)
Central Geradora Hidrelétrica	1	848
Pequena Central Hidrelétrica	38	482.625
Usina Hidrelétrica	18	4.544.100
Usina Termelétrica	30	7.330.727

Outorgados entre 1998 e 2002

Tipo	Quantidade	Potência (KW)
Central Geradora Hidrelétrica	28	17.912
Central Geradora Elioelétrica	75	5.637.900
Pequena Central Hidrelétrica	103	1.705.576
Central Geradora Solar	1	20
Usina Hidrelétrica	32	5.452.600

Usina Termelétrica 95 13.514.812

Copyright © 2002 Jornal do Commercio. Todos os direitos reservados.